

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

Tereza Cristina Cardoso de Souza¹

RESUMO - Neste trabalho aborda-se o processo inicial de ocupação do pantanal efetuado por colonizadores europeus. A região pantaneira, que foi primitivamente habitada por diversos grupos indígenas, começou a ser alvo dos interesses espanhóis ainda no século XVI, os quais fizeram algumas tentativas de exploração sem, no entanto, levá-las adiante. Em busca de pedras preciosas e de índios para aprisionar e, acima de tudo, garantir a expansão territorial, os portugueses partiram para o oeste, quando então, em função das inúmeras dificuldades que passaram, principalmente em relação aos habitantes primitivos, o governo determinou a criação de redutos militares que viabilizaram a presença dos exploradores na área. Paralelamente ao processo de procura e exploração de minérios, foram feitas as primeiras doações de sesmarias na região, marco inicial da estrutura fundiária vigente, centrada na grande propriedade.

ABSTRACT - This study is on initial process of occupation occurred in Pantanal-Mato Grosso-Brazil. This region which had been inhabited for several native groups, became the aim of Spanish explorers in the 16th century, but their efforts of exploration weren't succeeded as they expected to, then portuguese explorers left directly to the west.

¹ Profa. MsC. - Depto. de Geografia/ICHS/UFMT

Due to several difficulties, mainly with native people, the government established military bases which allowed explorers' activities in that area.. Parallel to the exploration work, some land donations were done by the portuguese kingdom leader, they were named "sesmaria", such donations remarked the first fundiary structure, dividing the land in large areas .

A PRESENÇA DO COLONIZADOR EUROPEU E O ACESSO AO PANTANAL

O processo de ocupação da região pantaneira pelos colonizadores europeus foi feita inicialmente a partir do Paraguai, pois, nessa época, por força do tratado de Tordesilhas, essa área pertencia aos espanhóis, cabendo-lhes, portanto, o direito de efetuarem sua ocupação.

Além disso, a entrada pelo Paraguai era facilitada por fatores de ordem física, representados, de acordo com Valverde (1972), pela abertura natural do pantanal através do "colo do fecho dos morros", designado por este mesmo autor de "porta verdadeira do pantanal"

Desta forma, inúmeras tentativas de ocupação foram realizadas no século XVI, mas os interesses dos espanhóis concentravam-se nas ricas terras mineiras do México, Peru e Bolívia, para onde eram dirigidas a maior parte das expedições objetivando a dominação e exploração territorial.

Em razão disso, os poucos núcleos implantados, nessa época no pantanal, não tardaram a sucumbir, pois não havia interesses econômicos imediatos que estimulassem os espanhóis em fazê-los progredir, além do mais a região pantaneira era povoada por diversas tribos indígenas (ver fig. 1), as quais, em defesa de seus territórios e de seus interesses, dificultaram em grande parte o avanço das expedições exploradoras.

No início do século XVII, as entradas e bandeiras põem em prática os objetivos da Coroa Portuguesa de ampliar seus domínios, não se limitando apenas à faixa litorânea, mas expandir-se em direção ao oeste e ocupar definitivamente o território, garantindo, assim, a expansão da fronteira, através da interiorização da população e da economia.

Além disso, as descobertas de ouro e outras pedras preciosas, bem como o interesse em aprisionar indígenas para submetê-los ao trabalho escravo, constituíram-se também em fatores de peso que levaram as expedições a se aventurarem em direção ao oeste.

O acesso dos bandeirantes ao pantanal e adjacências foi feito, inicialmente, através do planalto de Maracaju, utilizando um percurso longo e difícil, compreendendo (ver fig.2) os seguintes trechos: saíam de Piratininga, hoje S. Paulo, pelo rio Tietê até o rio Paraná e por este até o rio Pardo, o qual subiam até sua mais alta cabeceira, já no planalto de Maracaju.

Para alcançar o outro rio, o Taquari, e prosseguir viagem, os bandeirantes faziam a pé e com o auxílio de animais a travessia de parte do planalto de Maracaju, designado localmente de varadouro de Camapuã, numa extensão de aproximadamente 14km. Após subirem o rio Taquari, alcançavam o rio Paraguai, já em pleno pantanal, e por este subiam até encontrarem o rio Cuiabá, que lhes dava acesso à cidade homônima.

Esse percurso, apesar de apresentar inúmeras dificuldades, como corredeiras, cachoeiras, e a difícil travessia de Camapuã, aliada às constantes intervenções dos indígenas ao longo de quase todo trecho, constituía-se, praticamente na época, no único meio para alcançar o pantanal.

O outro percurso, totalmente fluvial, ao longo dos rios Tietê, Paraná e Paraguai, apresentava obstáculos intransponíveis, como o salto de Sete Quedas, e um outro de caráter político, que era a obrigatoriedade de passar em frente a Assunção, o que denunciaria a intenção dos bandeirantes de avançar sobre terras de domínio espanhol.

Assim, utilizando a passagem pelo planalto de Maracaju, várias expedições desceram em direção ao pantanal e arredores para dominar o território e aprisionar indígenas, como a "expedição de Antônio Pires de Campo que, já em 1719, regressava da barra do Coxipó, hoje Cuiabá, com uma multidão de coxiponés acorrentados, que se deixaram ingenuamente aprisionar" (Valverde, 1972). Com a descoberta do ouro nas margens do Coxipó, as expedições traficantes transformaram-

se em mineradoras e Cuiabá é fundada em 8 de abril de 1719.

O varadouro de Camapuã, designado por Valverde (1972) de "autêntica porta falsa do pantanal", deu passagem para inúmeras expedições que se destinavam a Cuiabá e vizinhanças com o objetivo de explorar o ouro e assegurar o domínio territorial. Aí, nesse varadouro, instalou-se a fazenda Camapuã, que garantia a travessia segura quanto aos ataques indígenas tão comuns na época, principalmente por parte dos caiapós.

No entanto, quando já se encontrava intensificada a exploração de ouro em Cuiabá, ganham vulto os movimentos de autodefesa de várias tribos indígenas dispersas pelo pantanal, principalmente por parte do índios Paiaguás, Guaicurus, Xanés e Caiapós, provocando o desequilíbrio das forças exploradoras.

Assim foram inúmeras as comitivas atacadas pelos indígenas, cujo ouro que transportavam era mais tarde levado para Assunção, onde os indígenas faziam um comércio de troca. Aliás, as próprias autoridades em Assunção tratavam os indígenas com certa simpatia, incentivando, inclusive, ao que parece, os saques que faziam.

Os ataques contínuos dos indígenas contribuíram para que a população de toda a área procurasse se concentrar em torno de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, Município situado no oeste do Estado. Diante disso, o governo determinou a instalação de redutos militares ao lon-

go do rio Paraguai, os quais desestimulariam os rotineiros ataques indígenas, ao mesmo tempo em que levariam à formação de núcleos de população no pantanal, assegurando a expansão da fronteira política.

Em cumprimento a esta determinação do governo, em 1775, foi criado o núcleo de Coimbra, hoje em Mato Grosso do Sul; em 1778, os núcleos de Vila Maria, hoje Cáceres, em Mato Grosso; Albuquerque, hoje Corumbá, em Mato Grosso do Sul; e, em 1797, o núcleo de Miranda, também em Mato Grosso do Sul.

IMPLANTAÇÃO DAS SESMARIAS

Só após a tomada das medidas citadas, é que os exploradores, depois de várias décadas de tentativas, conseguiram concretizar a ocupação colonizadora no pantanal, sobre o que Corrêa Filho (1946) escreveu que “desenvolveu-se” a ocupação dos pantanais, quase um século após a sua travessia pelos fundadores de Cuiabá.

A partir de então, teve início a exploração agropecuária das sesmarias que vinham sendo concedidas desde 1.727. Tratavam-se, na realidade, de extensas áreas de terras doadas pela Coroa Portuguesa a quem se aventurasse a vir para o Brasil e se dedicasse ao trabalho de exploração da terra. Também eram doadas como forma de prê-

mio a cidadãos que tivessem se destacado em atividades militares.

A extensão das sesmarias cedidas na região era muito variável. Nas bordas do pantanal, no planalto, as sesmarias tinham em geral de 1.000 a 3.000ha, enquanto no pantanal chegavam a cerca de 13.068ha, ou seja, "1 légua de frente por 3 de fundo" (Valverde, 1972).

Com relação a essa diferença no tamanho das sesmarias no pantanal e suas bordas, Corrêa Filho (1946) escreveu que isso se devia ao fato de que no período das cheias o pantanal ficava com grandes áreas submersas, havendo desta forma necessidade do proprietário pantaneiro ter muito mais terra para compensar as perdas periodicamente.

As razões apontadas por Corrêa Filho não justificam as diferenças no tamanho das propriedades, pois, mesmo em pleno período das cheias, o pantanal fica com menos da metade de sua área inundada, e as sesmarias ali cedidas chegavam a ser em média quatro vezes maiores que as do planalto, sobre o que Valverde (1972) afirma que "as maiores enchentes cobrem uma área muito inferior a 2/3 do pantanal. Além disso, os pastos brutos da planície comportam uma lotação maior de reses por hectare que os do planalto".

É exatamente com Valverde (1972) que se encontra uma análise mais crítica sobre as causas da ocorrência de grandes propriedades no pantanal e das diferenças do tamanho das mesmas com relação às do planalto. Para este autor, o tipo de ativi-

dade que foi desenvolvida numa área e outra constitui-se em um dos fatores explicativos. Assim, enquanto nas partes altas desenvolveu-se uma agricultura voltada para o limitado mercado cuiabano, não exigindo, portanto, extensas áreas de terras, na planície pantaneira desenvolveu-se a pecuária extensiva, que requeria muito mais terras.

Acima de tudo, para Valverde (1972), a grande propriedade no pantanal é resultado da combinação de dois fatores: o primeiro que é legado pela tradição latifundiária dos colonizadores, característica esta “que não é só brasileira, mas latino-americana, remontando às origens ibéricas”. O segundo fator prende-se aos próprios interesses governamentais que, através da grande propriedade de terra, procuravam garantir a expansão das fronteiras em áreas não ocupadas, alicerçando assim o avanço geopolítico.

Ainda de acordo com este autor, “a concessão de sesmarias colossais estava de acordo com objetivos do governo, já que a soberania política se baseava no princípio do *Uti Possidetis*, convinha entregar a cada um áreas imensas como fundamento para a dilatação das fronteiras no espaço vazio”.

Ainda pode-se acrescentar que a implantação dos latifúndios era vista como algo imprescindível na época, a fim de atender às necessidades do mercantilismo europeu que exigia uma grande produção para atender o mercado mundial, viabilizada pela formação de grandes fazendas de mo-

noculturas, constituindo-se isto em mais uma forte razão para a Coroa Portuguesa optar por este regime de concessão.

Com relação a este assunto, Silva (1980) afirma que “o elemento explicativo do regime de sesmaria é que a ocupação do território brasileiro se fez em função dos interesses mercantis europeus, implicando no estabelecimento de grandes unidades de produção”.

A diferença no tamanho das sesmarias parece também estar ligada aos objetivos do elemento explorador na região. Nas bordas do pantanal, o objetivo era explorar o ouro, e não se apossar de terras, estas eram utilizadas apenas para obter parte do sustento alimentar, em razão do que a atividade agrícola desenvolvida era meramente de subsistência.

Além disso os recursos dos mineradores eram revertidos continuamente na própria mineração, não havendo disponibilidade de capitais ou mesmo interesse em adquirir imensas glebas de terras. O mesmo não ocorreu na planície pantaneira, onde os objetivos do homem ao fixar-se era apossar-se de áreas para a criação de gado.

Além dos fatores já apontados que levaram à concessão de sesmarias menores nas bordas do pantanal, particularmente nas áreas auríferas e adjacências, existiam dispositivos legais que não permitiam a formação da grande propriedade, pois, de acordo com as Reais Ordens de Sua Majestade, de 15/03/1738 e 15/04/1744, nas vizinhan-

ças de minas não era permitido conceder sesmarias de mais de meia légua quadrada, cerca de 1089 ha. É o caso da região onde foi implantada a cidade de Cuiabá.

Muito embora, na literatura consultada, não se tenham encontrado referências sobre estas Reais Ordens, acredita-se que as mesmas tenham sido um fator de importância na formação de propriedades menores nas áreas auríferas, tendose, inclusive, encontrado, entre as cartas de sesmarias cedidas nas imediações de zonas auríferas, referências à negação de grandes áreas inicialmente requeridas pelo sesmeiro, sendo alegada a existência dessas Reais Ordens. Possivelmente, as fazendas com áreas superiores a meia légua quadrada que vieram a se formar na região, deveram-se ao fato de uma mesma pessoa conseguir requerer mais de uma sesmaria.

Mesmo sendo o tamanho da sesmaria no pantanal superior ao da região serrana, ainda era permitido a cada proprietário tomar posse de mais de uma sesmaria, vindo a constituir, assim, imensos latifúndios com áreas superiores a um milhão de hectares. Sobre este procedimento, Silva(1980) escreveu que “são largamente citados, nas páginas da história, fatos de indivíduos que, não se satisfazendo com uma sesmaria, pediam outras em nome da mulher e filhos, independente da idade destes últimos”.

Aliás, as fazendas pecuaristas, no Brasil, sempre se destacaram pelas enormes áreas que ocupam, a respeito do que Guimarães (1981) es-

creveu que “entre os fazendeiros de gado, desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terras, que eles mesmos não podiam controlar”.

Dadas àquelas facilidades na aquisição de terras, muitas sesmarias no pantanal, chegaram a ter áreas colossais, como foi o caso da fazenda jacobina, no atual município de Cáceres-MT, cujos domínios perfaziam 240 léguas quadradas, cerca de 1.045.440ha.

Conforme Corrêa Filho (1946) e Valverde (1972), esta fazenda alcançou grande progresso, tendo possuído, por volta de 1880, cerca de 600 mil cabeças de gado, expressiva produção de açúcar bruto, rapadura e aguardente. Dedicaram-se também ao cultivo de algodão arbóreo e chegaram a ter rocas e teares, com os quais fabricavam os próprios tecidos de uso, possuíam também seleiros e forjadores e dispunham de mão-de-obra escrava.

FORMAÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO

A maioria dos sesmeiros do pantanal, no entanto, não conseguiu durante longo tempo progredir, faltava-lhes capital e mão-de-obra. Mesmo nas grandes fazendas, o gado era criado de forma extensiva e a agricultura era, em geral, rudimentar e de subsistência.

No entanto as condições naturais do pantanal, recoberto em grande parte por pastagens nativas, favoreceram a criação extensiva e, apesar do gado inicialmente introduzido ter sido um tipo rústico, a região veio a tornar-se uma grande produtora de carne, mesmo não tendo acompanhamento sistemático dos fazendeiros e grandes aplicações de capitais.

Apesar do expressivo crescimento da pecuária extensiva que o pantanal começou a conhecer no final do século passado, o fazendeiro dispunha de um mercado muito restrito, limitando-se a vender sua produção para Cuiabá, Vila Bela e alguns garimpos, pois não havia estradas que permitissem o comércio regular com outros centros.

Mesmo após a abertura de estradas, o comércio do gado ainda foi muito sacrificado, pois este era submetido a longas caminhadas, o que ocasionava perdas consideráveis de peso e consequentemente prejuízos para os proprietários. Aliás, até os dias atuais, ainda é comum a prática de submeter o gado a longas caminhadas.

Após a Guerra do Paraguai (1870), que abalou consideravelmente a economia pantaneira, as fazendas voltaram gradativamente a recuperar seus rebanhos, chegando algumas a atingirem em pouco tempo cerca de 100 000 cabeças de gado. O rápido crescimento da pecuária propiciou, por volta de 1880, o aparecimento das primeiras charqueadas na região, implantadas ao longo das vias navegáveis, principalmente no município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

No município de Poconé, em Mato Grosso, duas charqueadas tiveram destaque já neste século, a de São João e a de São Miguel, ambas às margens do rio Cuiabá. Na charqueada de São Miguel, de acordo com informações de antigos moradores, eram abatidas, no período de safra, nos meses de novembro a janeiro, cerca de 180 reses por dia.

Mesmo enfrentando uma série de dificuldades, a economia pantaneira teve um grande papel na economia do Estado, da região e do país como um todo, pois à medida que as vias de acesso e meios de transportes foram permitindo o escoamento da produção, as fazendas passaram a abastecer mercados cada vez mais longínquos. A charqueada de São Miguel, por exemplo, teve como maior comprador de sua produção o nordeste brasileiro, mais precisamente Recife.

O Gado crioulo, introduzido inicialmente no pantanal, prevaleceu durante muito tempo, mas provavelmente na primeira década deste século, quando houve melhorias no comércio, o gado zebu foi introduzido no planalto mato-grossense e, posteriormente, no pantanal, proveniente de Uberaba, Minas Gerais.

Entre as diversas raças de gado zebu, a que teve maior aceitação do pantaneiro foi a nelore, um gado resistente que se adaptou bem às condições do pantanal e que não requeria grandes recursos para sua manutenção, ao mesmo tempo que é bom produtor de carne.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo conhecido relativo sucesso no setor pecuário, a economia pantaneira sempre esteve em desvantagem em relação ao contexto nacional, situação esta que se tornou mais evidente com o passar do tempo, o que se deveu, basicamente, a fatores como: falta de capital e mão-de-obra; falta de estradas e transportes adequados para escoamento da produção; falta de organização comercial e interesse político-econômico pelas atividades que poderiam ser desenvolvidas na área; e, finalmente, o fato de que, dentro do modelo econômico escolhido e implantado pelo país, o pantanal desempenhou sempre papel de área periférica onde a ocupação efetiva do território deveria atender, principalmente, a questões de garantia de fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M.C. de, 1979. Agricultura e Capitalismo. S. Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 115p.
- BARROS, P. de M., 1920. O Sul de Mato Grosso e a Pecuária. *Sociedade Rural Brasileira*. S. Paulo. 1:45
- CIDADE, F. de P., 1943. Aspectos Geoeconômicos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de*

Geografia 5, Nº 2. Rio de Janeiro. IBGE. p. 174-194 .

CEPA- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. 1982. A Ocupação Territorial e o Desenvolvimento agrícola de Mato Grosso- Processo Histórico. Cuiabá-MT. 52p.

CORRÊA FILHO, V. 1946. Pantanaís Matogrossenses. Rio de Janeiro. IBGE/CNG. 162p.

CORRÊA FILHO, V. 1955. Fazendas de Gado do Pantanal Matogrossense. *Documentário da Vida Rural*. nº 10. Rio de Janeiro. 62 p.

CORRÊA FILHO, V 1969. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro. Biblioteca Instituto Nacional do Livro. MEC. 141p.

D.G.E.- Departamento de Geografia e Estatística. 1979. Poconé. *Monografias Municipais*.3(5) Cuiabá-MT. 110p.

GRAZIANO NETO, F. 1982. Questão Agrária e Ecologia - Crítica da Moderna Agricultura. S. Paulo. Ed. Brasiliense. 115p.

GUIMARÃES, A. P. 1979. A Crise Agrária. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 362p.

GUIMARÃES, A. P. 1981. Quatro Séculos de Latifúndio. S. Paulo. Ed. Paz e Terra. 362p.

PRADO Jr, C. 1979. A Questão Agrária no Brasil. S. Paulo. Ed. Brasiliense.

PRADO Jr, C. 1979. História Econômica do Brasil. S. Paulo. Ed. Brasiliense. 364p.

SILVA, J. G. da. 1980. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. S. Paulo. Ed. Huntwec. 267p.

VALVERDE, O. 1972. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural no Município de Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*. 1(34):49-144.